



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Registro Oficial e Redação Parlamentar – DEREPE

Sumário da Sessão nº 69.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 29/04/2026

## **SESSÃO DELIBERATIVA ORDINÁRIA SEMIPRESENCIAL (AM Nº123/2020) DE 29/04/2026**

### **BREVES COMUNICAÇÕES**

**Emidinho Madeira (PL - MG)** - O Deputado registrou agradecimentos a Vereadores de Minas Gerais presentes em Brasília (DF) e convidou a população para a ExpoZebu, realizada em Uberaba (MG), destacando a dimensão internacional do evento e a expectativa de público. Informou que foi homenageado pela organização da feira em 2026, em reconhecimento a iniciativas voltadas ao setor agropecuário, como programas de melhoramento genético, vacinação e produção.

**Paulão (PT - AL)** - O Deputado relatou denúncias sobre falhas no abastecimento de água em Municípios de Alagoas, com destaque para Colônia Leopoldina (AL), após a privatização da companhia estadual de saneamento. Citou problemas semelhantes em outras cidades atendidas por empresas concessionárias. Também apontou atuação do Ministério Público e da Defensoria Pública na apuração dos casos e questionou a atuação de órgãos de fiscalização e regulação.

**Márcio Jerry (PCdoB - MA)** - O Deputado registrou a instalação de Comissão Especial destinada a analisar Proposta de Emenda à Constituição sobre o fim da escala de trabalho 6 por 1. Destacou que o tema deverá mobilizar debates no Congresso Nacional nas próximas semanas, envolvendo mudanças nas condições de trabalho. Por fim, afirmou que a proposta prevê manutenção salarial e possibilidade de ampliação de empregos, além de maior disponibilidade de tempo para atividades pessoais e familiares.

**José Nelto (UNIÃO - GO)** - O Deputado informou ter apresentado projeto de lei com objetivo de regularizar a situação de imigrantes que residem no Brasil e exercem atividades laborais. Destacou a contribuição histórica de diferentes povos estrangeiros para a formação econômica e cultural do País. Também mencionou a participação recente de imigrantes em setores como agricultura e comércio.

**Carlos Jordy (PL - RJ)** - O Deputado comentou a indicação de Jorge Messias ao Supremo Tribunal Federal, destacando a realização de sabatina no Senado. Questionou o atendimento aos requisitos constitucionais para o cargo, mencionando episódios da trajetória do indicado em funções públicas. Também citou posicionamentos atribuídos ao nome indicado e avaliou possíveis impactos de sua eventual atuação na Corte.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Registro Oficial e Redação Parlamentar – DEREPA

Sumário da Sessão nº 69.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 29/04/2026

**Murilo Galdino (REPUBLICANOS - PB)** - O Deputado registrou a presença de comitiva de Vereadores do Município de Pocinhos (PA), durante visita ao Congresso Nacional. Destacou a atuação dos representantes locais e a parceria com a gestão municipal, mencionando ações desenvolvidas pela administração da cidade.

**Charles Fernandes (PSD - BA)** - O Deputado registrou a participação de Vereadores baianos na Marcha dos Vereadores em Brasília (DF), destacando representantes do Município de Guajeru (BA) e de cidades da região. Ressaltou o crescimento do evento e a mobilização de lideranças locais em busca de espaço e interlocução no cenário político nacional.

**Joseildo Ramos (PT - BA)** - O Deputado destacou ações dos Governos da Bahia voltadas à infraestrutura e aos serviços públicos, mencionando gestões de diferentes mandatários. Afirmou que houve ampliação da malha rodoviária no Estado, com comparação a outros entes da região Nordeste. Na educação, mencionou investimentos em escolas de tempo integral e estrutura ampliada para atividades educacionais e culturais. Também citou a expansão da rede de saúde, com implantação de policlínicas e unidades especializadas para atendimento em áreas como oncologia.

**José Medeiros (PL - MT)** - O Deputado registrou apoio aos Vereadores presentes na Marcha dos Vereadores em Brasília (DF) e manifestou solidariedade diante de críticas dirigidas à categoria. Também ressaltou o papel dos Vereadores na representação direta da população, destacando a proximidade com as demandas locais e a responsabilidade no atendimento às comunidades.

**Alberto Fraga (PL - DF)** - O Deputado comentou desdobramentos relacionados ao caso envolvendo o Banco Master, mencionando investigações conduzidas pela Polícia Federal. Citou a expectativa de delação do ex-Presidente do BRB e afirmou que ela poderia atingir o ex-Governador do Distrito Federal, no contexto das apurações em curso.

**Daniel Almeida (PCdoB - BA)** - O Deputado registrou a instalação de Comissão Especial na Câmara dos Deputados para analisar proposta de redução da jornada de trabalho e o fim da escala 6 por 1. Contextualizou o tema com mudanças históricas nas relações de trabalho no Brasil, como a criação da CLT e a redução da jornada na Constituição de 1988. Também mencionou dados internacionais sobre impactos de jornadas extensas e indicou que o tema deverá ser debatido no Parlamento e na sociedade nos meses seguintes.

**Bibo Nunes (PL - RS)** - O Deputado abordou a votação sobre dosimetria de penas relacionada aos atos de 8 de janeiro, mencionando a intenção de revisar condenações aplicadas a



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Registro Oficial e Redação Parlamentar – DEREPA

Sumário da Sessão nº 69.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 29/04/2026

envolvidos. Criticou decisões do Supremo Tribunal Federal, questionando critérios adotados nas sentenças e defendendo mudanças no modelo de escolha de ministros da Corte. Também fez referência à análise de veto presidencial sobre o tema e indicou que a matéria seria apreciada pelo Congresso Nacional, no contexto do debate sobre penas e responsabilização.

**Paulão (PT - AL)** - O Deputado abordou a situação da educação infantil em Maceió (AL), afirmando que a capital apresenta baixo desempenho no atendimento a crianças de 4 a 5 anos, com parcela significativa fora da escola. Mencionou desigualdades sociais na cidade e cobrou atuação do Poder Público municipal na ampliação de creches e escolas. Também citou a necessidade de investigação sobre recursos do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos, relacionados a aplicações no Banco Master, e defendeu a instalação de comissão para apuração dos fatos.

**Milton Vieira (REPUBLICANOS - SP)** - O Deputado registrou a visita do Prefeito de Cachoeira Paulista (SP) e de integrante da gestão municipal ao Parlamento, destacando a atuação administrativa no Município. Mencionou iniciativas voltadas ao desenvolvimento local e ressaltou o envio de recursos federais para a cidade e para a região do Vale do Paraíba, incluindo áreas como São José dos Campos (SP), Serra da Mantiqueira e litoral norte.

**Coronel Assis (PL - MT)** - O Deputado registrou a presença do Vereador Coronel Rosses, do Município de Manaus (AM), em visita à Câmara dos Deputados. Destacou a trajetória profissional do visitante, com atuação anterior na Polícia Militar, e mencionou o trabalho desenvolvido no Legislativo municipal.

**Luiz Lima (NOVO - RJ)** - O Deputado comentou a sabatina de Jorge Messias para o Supremo Tribunal Federal, realizada na Comissão de Constituição e Justiça do Senado. Mencionou a trajetória do indicado, destacando sua atuação à frente da Advocacia-Geral da União e vínculos com Governos anteriores. Também fez referência a indicações recentes para a Corte e ao modelo de escolha de Ministros, abordando a duração dos mandatos.

**André Ferreira (PL - PE)** - O Deputado registrou a presença do Vereador Ednaldo da Internet, do Município de Sairé (PE), em visita à Câmara dos Deputados. Destacou a participação do representante municipal na 25ª Marcha dos Gestores e Legislativos Municipais, mencionando sua atuação no Legislativo local e o acompanhamento das atividades no Parlamento.

**Zé Trovão (PL - SC)** - O Deputado criticou a indicação de Jorge Messias ao Supremo Tribunal Federal, abordando sua atuação em cargos públicos e posicionamentos em temas



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Registro Oficial e Redação Parlamentar – DEREPE

Sumário da Sessão nº 69.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 29/04/2026

recentes. Mencionou a sabatina no Senado e fez referência ao processo de votação pelos Senadores, destacando a relevância da decisão para a composição da Corte.

**Ismael (PL - SC)** - O Deputado relatou episódio ocorrido em reunião do Conselho Nacional de Políticas sobre Drogas (Conad), apontando divergências entre grupos participantes quanto à condução de votação sobre comunidades terapêuticas. Afirmou que houve saída de parte dos conselheiros durante a reunião e contestou críticas posteriores ao processo decisório, defendendo que os trâmites legais foram respeitados. Também manifestou apoio às comunidades terapêuticas e aos profissionais envolvidos, destacando a atuação dessas instituições no atendimento a pessoas com dependência química.

**Padre João (PT - MG)** - O Deputado registrou a realização da 62ª Assembleia Geral da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, destacando a divulgação de mensagem com reflexões sobre a realidade social e política do País. Também citou referências a debates sobre populações indígenas e ao reconhecimento histórico de violações de direitos. Por fim, ressaltou a importância do diálogo público em período eleitoral e solicitou a divulgação integral da carta nos registros oficiais da Casa.

**Vavá (AVANTE - MG)** - O Deputado trouxe o apelo de Don a Augusta, moradora do Vale do Jequitinhonha, para retratar a situação de milhares de famílias dos vales do Mucuri e do Jequitinhonha que sofrem com a ausência de saneamento básico e água tratada. Apontou que a precariedade afeta escolas, postos de saúde, comércios e grupos vulneráveis, como idosos, pessoas com deficiência e pacientes acamados. Além disso, contrastou essa realidade com o lucro líquido de R\$ 1,4 bilhão registrado pela Companhia de Saneamento de Minas Gerais (COPASA), em 2025, e a distribuição de cerca de R\$ 850 milhões em dividendos aos acionistas, questionando a omissão da empresa diante de Municípios pobres ainda sem acesso a serviços essenciais. Por fim, cobrou dos órgãos fiscalizadores, reguladores e do Governo de Minas um plano emergencial da COPASA e da Copanor, com metas e responsabilização pelo descumprimento.

**Rogéria Santos (REPUBLICANOS - BA)** - A Deputada homenageou Gugu da Palmeira, Vereador de São Sebastião do Passé (BA), destacando o trabalho e o empenho do jovem político em prol dos municípios daquele Município.

**Chico Alencar (PSOL - RJ)** - O Deputado citou o jornalista Aparício Torelly, o Barão de Itararé, para introduzir o debate sobre o uso de jatinhos particulares por autoridades públicas. Nesse contexto, mencionou episódio envolvendo aeronave de um empresário de jogos online que pousou em São Roque (SP) sem submeter parte das bagagens à revista, com a presença do



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Registro Oficial e Redação Parlamentar – DEREPA

Sumário da Sessão nº 69.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 29/04/2026

Presidente da Câmara Hugo Motta, do Senador Ciro Nogueira e de outros Parlamentares. Além disso, apresentou o Projeto de Lei nº 2.080, de 2026, que dispõe sobre a transparência e o controle no uso de aeronaves privadas por autoridades públicas, estabelece obrigações de declaração e submissão a procedimentos de segurança e alfandegários, com exigências de transparência sobre origem, destino, razão e bens adquiridos nas viagens, bem como sanções para condutas irregulares. Por fim, reafirmou a necessidade de separação entre o público e o privado e de preservação dos valores republicanos.

**José Medeiros (PL - MT)** - O Deputado manifestou insatisfação com o que apontou como assimetria no tratamento judicial de casos envolvendo Parlamentares e membros do Poder Judiciário. Citou a prisão de um Deputado por declarações consideradas ofensivas e contrastou essa situação com indícios de advocacia administrativa atribuídos a um Ministro, cuja esposa receberia valores que, segundo informações apresentadas, superariam R\$ 3 milhões por mês. Por fim, dirigiu-se ao Ministro Edson Fachin e pediu a suspensão do Ministro Alexandre de Moraes do cargo, em nome da credibilidade das instituições e da Constituição.

**Jorge Araújo (PP - BA)** - O Deputado criticou a restrição imposta pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) a pedidos de aposentadoria, pensão e Benefício de Prestação Continuada (BPC) como medida para reduzir filas, apontando o impacto dessa decisão sobre trabalhadores que contribuíram por anos e, ao buscar os serviços, não encontram atendimento adequado. Ressaltou que muitos cidadãos aguardam por até um ano sem resolução e que a elevada proporção de segundos pedidos decorre justamente das negativas e demoras anteriores. Por fim, propôs a realização de mutirões em todo o País para enfrentar o problema e rejeitou que os custos da crise no INSS recaiam sobre contribuintes que não têm qualquer relação com as irregularidades identificadas na instituição.

**Pr. Marco Feliciano (PL - SP)** - O Deputado comentou a votação, na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC), do Projeto de Lei nº 90, de 2020, que proíbe a produção e a comercialização de qualquer produto alimentício obtido por meio de método de alimentação forçada de animais; inclusive o foiegras, iguaria francesa produzida a partir do fígado de gansos. Declarou ser contrário a qualquer forma de tortura animal, mas apontou o que considerou contradição na postura de Parlamentares da Esquerda que defendem animais e, ao mesmo tempo, apoiam a assistolia fetal, procedimento que, segundo portaria do Ministério da Saúde, autoriza a aplicação de injeção de cloreto de potássio para interromper os batimentos cardíacos de fetos com mais de 20 semanas. Além disso, assinalou que o País pune com maior rigor crimes contra animais do que crimes contra seres humanos. Por fim, conclamou os brasileiros a refletirem sobre o tema e defendeu o fim do aborto no País.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Registro Oficial e Redação Parlamentar – DEREPE

Sumário da Sessão nº 69.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 29/04/2026

**João Daniel (PT - SE)** - O Deputado relatou sua participação, junto a outros Parlamentares, em congresso realizado em Bruxelas com representantes de diversos continentes e entidades da sociedade civil. Nesse contexto, descreveu ato público realizado em frente ao Parlamento Europeu em defesa do povo palestino e contra o que classificou como genocídio praticado pelos Governos dos Estados Unidos e de Israel contra as populações da Palestina, do Irã e do Líbano. Por fim, reafirmou o compromisso com a causa palestina e o direito do povo palestino à vida e à sua terra.

**Diego Garcia (REPUBLICANOS - PR)** - O Deputado parabenizou os organizadores do 15º Shekinah, evento da Renovação Carismática Católica realizado em Ribeirão Claro (PR), que reuniu mais de 10 mil jovens. Destacou a participação do Coordenador do Conselho Diocesano Marcelo, do Bispo Dom Antônio Braz e do Padre Yuri, bem como o apoio do Prefeito e do Vice-Prefeito do Município ao turismo religioso local.

**Sérgio Turra (PP - RS)** - O Deputado abordou a sabatina de Messias Mello no Senado para uma vaga no Supremo Tribunal Federal (STF). Resgatou o episódio em que o mesmo Messias, então assessor, teria sido convocado pela ex-Presidente Dilma Rousseff para intermediar a nomeação do ex-Presidente Lula como Chefe da Casa Civil, com o objetivo de garantir-lhe foro privilegiado. Criticou o que classificou como politização do STF e a atuação conjunta da Corte com o Partido dos Trabalhadores (PT) para intimidar Parlamentares, citando o caso do Deputado Marcel van Hattem. Por fim, alertou os Senadores de que, independentemente do voto secreto, aqueles que aprovarem a indicação serão identificados e sofrerão consequências eleitorais.

**Professora Luciene Cavalcante (PSOL - SP)** - A Deputada manifestou solidariedade à greve da rede municipal de ensino de São Paulo, a maior do País. Criticou o Prefeito Ricardo Nunes por recusar o diálogo, cortar até 40% dos salários de professores afastados por doença, confiscar 14% dos rendimentos de aposentados e pensionistas, deixar de convocar concursados e oferecer reajuste de 3,51% parcelado, abaixo da inflação. Também se solidarizou com os servidores de Louveira (SP), em greve por diversas razões, entre elas a não aplicação da Lei nº 15.326, de sua autoria, que garante o enquadramento de profissionais de creches na carreira do magistério, e da lei que determina a devolução de 583 dias de progressão funcional congelada, com pagamento retroativo. Por fim, cobrou dos Prefeitos o cumprimento da Constituição e a valorização dos servidores da educação.

**Charles Fernandes (PSD - BA)** - O Deputado destacou o investimento de R\$ 77 milhões no Hospital Geral de Guanambi (BA), com previsão de acréscimo de 70 leitos, sendo 10 de Unidade de Terapia Intensiva (UTI) adulta e 10 de UTI pediátrica, após licitação já concluída no âmbito do Governo Jerônimo Rodrigues. Ressaltou que o hospital, inaugurado há 29 anos, atende mais de 50



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Registro Oficial e Redação Parlamentar – DEREPE

Sumário da Sessão nº 69.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 29/04/2026

Municípios da região e conta com equipe dedicada desde a sua fundação. Mencionou ainda a atuação da Secretária de Saúde Roberta Santana, a construção de cinco novos hospitais regionais no atual Governo Estadual e o serviço de UTI aérea que transporta pacientes de Guanambi para Salvador (BA). Por fim, agradeceu ao Governador e à Secretária pelo atendimento ao pleito e destacou os investimentos federais recentes do Presidente Lula no Estado da Bahia.

**José Medeiros (PL - MT)** - O Deputado fez referência a denúncias envolvendo um Ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), apontando que sua esposa teria recebido valores milionários, mencionando cifras que variariam entre R\$ 3 milhões e R\$ 10 milhões mensais, de um empresário investigado por corrupção, com parte dos recursos supostamente direcionada a um Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ). Cobrou da Procuradoria-Geral da República (PGR) a apuração dos fatos e, no contexto da sabatina de um novo Ministro para a Corte, lamentou o posicionamento do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) favorável à indicação.

**Eli Borges (REPUBLICANOS - TO)** - O Deputado criticou o que classificou como seletividade e politização do Judiciário brasileiro, contrastando a condenação severa de uma manifestante conhecida como "Débora do batom" — com pena de 17 anos, e a morte de outro manifestante preso, identificado como "Cleão", com o tratamento dispensado a casos envolvendo Ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) ligados ao escândalo do Banco Master e ao caso do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). Também criticou declarações de um Ministro da Corte contra o Governador de Minas Gerais, Romeu Zema. Por fim, manifestou esperança de que o novo indicado ao STF pelo Presidente Lula adote uma postura mais imparcial e distante da atuação política.

**Joseildo Ramos (PT - BA)** - O Deputado saudou a visita de Vereadores do Município de Queimadas (BA), localizado no Semiárido baiano, no Vale do Itapecuru. Foram cumprimentados os Vereadores Paulo do Riacho, Toninho, Alan da Carlange, Fábio Professor e Neguinho, que estavam conhecendo as instalações da Câmara dos Deputados.

**Márcio Marinho (REPUBLICANOS - BA)** - O Deputado saudou a visita dos Vereadores Nego Day e Breno Kadina, do Município de Itacaré (BA), à Câmara dos Deputados. Parabenizou-os pela vitória nas eleições de 2024 e destacou a atuação de ambos na defesa dos interesses da população e do desenvolvimento do Município.

**Dr. Frederico (PRD - MG)** - O Deputado, recém-filiado ao Partido Liberal (PL) após migração do Partido Republicano Democrático (PRD), abordou a questão dos condenados pelos atos de 8 de janeiro de 2023. Defendeu os manifestantes presos, classificando-os como pessoas sem antecedentes criminais que teriam sido julgadas de forma irregular pelo Supremo Tribunal Federal



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Registro Oficial e Redação Parlamentar – DEREPE

Sumário da Sessão nº 69.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 29/04/2026

(STF), sem direito a processos individuais na primeira instância. Citou casos como os de "Débora do Batom", Fátima de Tubarão, idosos acima de 65 anos, e mencionou mortes de condenados, como "Cleão" e José Eder Lisboa. Além disso, rejeitou a tese de tentativa de golpe de Estado e defendeu a aprovação da anistia com reparação e indenização às vítimas. Em seguida, fez críticas ao STF e ao Governo Lula. Atacou o que chamou de "regime lulo-supremacista", criticou a sabatina do novo indicado ao STF, questionou a condução da delação de Mauro Cid, alegando coação por parte do juiz, e defendeu a derrubada do veto presidencial ao Projeto de Lei nº 2.162, de 2023, que dispõe sobre a dosimetria das penas e concede anistia aos envolvidos no 8 de janeiro, como medida mínima possível no momento. Por fim, tratou das eleições de 2026. Conclamou a direita à união em torno de candidaturas fortes, citando Flávio Bolsonaro como pré-candidato; cobrou coerência dos Parlamentares e criticou posturas que classificou como hipócritas ou oportunistas dentro do campo conservador.

**Ricardo Maia (MDB - BA)** - O Deputado saudou a presença de cinco Vereadores de Ribeira do Pombal (BA), Presidente Roni, Vereador Vitor, Vereador Zé Rodrigo, Vereador Beto e Vereador Sérgio, por ocasião da 25ª Marcha dos Gestores. Destacou sua trajetória como ex-Vereador do mesmo Município e, em defesa do mandato de Vereador como escola política fundamental, repudiou declaração de um colega Parlamentar que teria menosprezado a função.

**Waldenor Pereira (PT - BA)** - O Deputado saudou a presença da Vereadora Kátia Araújo, do município de Botuporã (BA), região da Bacia do Paramirim, que participava da 25ª Marcha dos Vereadores e aproveitava a visita para acompanhar emendas parlamentares destinadas ao Município. Elogiou sua atuação política e seu compromisso social, e cumprimentou também o Prefeito Edmilson e o Vice-Prefeito Eron.

**Joseildo Ramos (PT - BA)** - O Deputado saudou a presença do Vereador Vando, também do Município de Botuporã (BA), participante da 25ª Marcha dos Vereadores, destacando sua vinda à Câmara em busca de recursos para o Município. Cumprimentou igualmente o Prefeito Edmilson e o Vice-Prefeito Eron.

**Danilo Forte (PP - CE)** - O Deputado prestou homenagem póstuma ao ex-Deputado Federal e Estadual Ernani Viana, também ex-Vice-Prefeito, descrevendo-o como um homem visionário e empreendedor que contribuiu para a industrialização do Ceará, com atuação destacada à frente de empresas como a Siqueira Gurgel e a Cione, além de sua atividade no setor agropecuário. Expressou a tristeza do Município de Caucaia (CE) e de toda a região pela perda, enaltecendo o legado de luta e determinação deixado por Ernani Viana.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Registro Oficial e Redação Parlamentar – DEREPA

Sumário da Sessão nº 69.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 29/04/2026

**João Daniel (PT - SE)** - O Deputado destacou a proximidade do 1º de Maio e parabenizou as centrais sindicais e a classe trabalhadora. Além disso, defendeu as propostas em debate no Congresso Nacional para o fim da escala 6 por 1, com redução da jornada sem corte salarial, com apoio do Governo Federal. Nesse sentido, ressaltou as dificuldades enfrentadas por trabalhadores, especialmente da construção civil. Por outro lado, criticou acusações contra o Governo Federal e afirmou que investigações avançaram com autonomia institucional. Também criticou eventual rejeição do veto presidencial ao projeto sobre a dosimetria. Por fim, manifestou apoio à indicação de Jorge Messias ao Supremo Tribunal Federal e ressaltou sua trajetória pública. Ao final, tratou de soberania nacional, desigualdades sociais e defesa da democracia no cenário político.

**Bohn Gass (PT - RS)** - O Deputado destacou a realização de reunião do Parlamento do Mercado Comum do Sul (Parlasul) no dia 8 de maio, em Santa Rosa (RS), durante a Fenasoja. Informou ainda que propôs, na Comissão de Fronteira, debate sobre o mundo do trabalho no âmbito do Mercado Comum do Sul (Mercosul). Em seguida, apontou a necessidade de reduzir burocracias para circulação de trabalhadores entre países, com garantia de direitos e segurança para empregados e contratantes. Além disso, registrou a participação de representantes do Itamaraty, de Ministérios e de países membros. Ao final, agradeceu a aprovação unânime da iniciativa entre Parlamentares e defendeu a construção de legislação adequada para regiões de fronteira.

**José Medeiros (PL - MT)** - O Deputado destacou a presença dos Vereadores Kiki e Neguinho do Lava-Jato, do Município de Alto Garças (MT). Ademais, registrou reconhecimento aos convidados e mencionou a relevância da participação política local. Em seguida, manifestou solidariedade a Vereadores que foram ofendidos por um Parlamentar da Casa ao longo da semana.

**Aliel Machado (PV - PR)** - O Deputado destacou a eleição de novos dirigentes da Universidade Estadual de Ponta Grossa (PR), parabenizando o Reitor e a Vice-Reitora eleitos. Além disso, reconheceu a atuação da gestão anterior, liderada por Miguel Sanches Neto, e ressaltou a continuidade do trabalho acadêmico. Na sequência, valorizou ações do Ministério das Cidades, com destaque para a ampliação na contratação de moradias e iniciativas voltadas à população de baixa renda, no âmbito do Governo Federal. Ainda, afirmou a importância da política pública habitacional como instrumento de dignidade social. Por fim, registrou reconhecimento às equipes envolvidas e à atuação do Ministério no atendimento aos Municípios.

**Helder Salomão (PT - ES)** - O Deputado destacou a aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 383, de 2017, que trata da constitucionalização do financiamento do Sistema Único de Assistência Social (SUAS). Além disso, afirmou que a medida contribuiu para o



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Registro Oficial e Redação Parlamentar – DEREPA

Sumário da Sessão nº 69.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 29/04/2026

desenvolvimento social e econômico, ao promover inclusão produtiva e social. Em seguida, ressaltou a valorização das políticas socioassistenciais e dos profissionais da área em todo o País. Também apontou o fortalecimento das ações do Governo Federal voltadas ao atendimento da população em situação de vulnerabilidade. Por fim, registrou reconhecimento à atuação da Casa pela aprovação da proposta.

**André Janones (REDE - MG)** - O Deputado fez um apelo para votação da Proposta de Emenda à Constituição nº 221, de 2019, que prevê o fim da escala 6 por 1 de trabalho. Além disso, criticou a criação de comissão para ouvir empresários, ao argumentar que benefícios fiscais não passam por consulta aos trabalhadores. Em seguida, afirmou que há tratamento desigual entre interesses patronais e demandas da população trabalhadora. Também mencionou críticas a iniciativas voltadas a empresários, apontando uso de recursos públicos. Ademais, defendeu celeridade na tramitação da proposta e cobrou posicionamento dos Parlamentares. Ao final, relacionou o tema ao cenário eleitoral e indicou que o posicionamento dos Deputados será avaliado pela população.

**Professora Luciene Cavalcante (PSOL - SP)** - A Deputada destacou apelo à Presidência da Câmara para a apensação da Proposta de Emenda à Constituição nº 6, de 2024, à Proposta de Emenda à Constituição nº 555, de 2006, que tratam do fim da cobrança sobre aposentados. Além disso, afirmou que a medida buscava enfrentar prática prejudicial à dignidade de quem contribuiu ao longo da vida. Em seguida, defendeu maior celeridade na tramitação das propostas no plenário. Ao concluir, reforçou a necessidade de priorização do tema na agenda legislativa.

**Dr Flávio (PL - RJ)** - O Deputado destacou reconhecimento ao Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT) após início de melhorias na BR-393, no Rio de Janeiro. Além disso, informou que a demanda havia sido apresentada anteriormente em tribuna, com cobrança por reparos na rodovia. Em seguida, ressaltou a importância da via para a mobilidade e integração entre Esta dos e apontou que a recuperação contribuía para melhores condições de tráfego. Ao final, defendeu a continuidade da manutenção para garantir mais segurança aos usuários.

**Patrus Ananias (PT - MG)** - O Deputado destacou a proximidade do Dia do Trabalho e a relevância do debate sobre a redução da jornada laboral. Além disso, mencionou a tramitação da Proposta de Emenda à Constituição nº 221, de 2019, que propõe a redução da jornada de trabalho sem redução salarial. Em seguida, criticou o modelo 6 por 1, apontando impactos na convivência familiar, prática religiosa e atividades sociais dos trabalhadores. Ademais, informou o avanço da proposta nas comissões da Câmara e concluiu ressaltando sua trajetória na defesa dos direitos trabalhistas.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Registro Oficial e Redação Parlamentar – DEREPA

Sumário da Sessão nº 69.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 29/04/2026

**João Daniel (PT - SE)** - O Deputado saudou os Vereadores e Vereadoras de todo o Brasil, com menção especial aos representantes de Sergipe atuantes nos 75 Municípios do Estado. Ainda, ressaltou a presença do Vereador Marcus Lázaro, de São Cristóvão (SE), com atuação em pautas junto a Ministérios. Em seguida, apontou iniciativas voltadas a pescadores, agricultura familiar, saneamento e habitação no Município. Ao finalizar, valorizou o papel dos Vereadores na defesa das demandas locais e no atendimento à população.

**Da Vitoria (PP - ES)** - O Deputado destacou a presença dos Vereadores Léo Pereira e Paim, de Aracruz (ES), ressaltando a atuação de lideranças locais no desenvolvimento do Município. Além disso, mencionou a importância da cidade para a economia do Espírito Santo, com potencial estratégico para o comércio internacional. Em seguida, reconheceu o trabalho conjunto com a bancada estadual na defesa de pautas municipais. Por fim, valorizou a representatividade dos Vereadores na promoção de demandas da população e agradeceu à população local pela escolha de seus representantes.

**Rafael Fera (PODE - RO)** - O Deputado criticou a política de saúde do Governo do Estado de Rondônia, ao relatar a morte de recém-nascido em unidade de saúde em Porto Velho (RO). Afirmou que o caso estaria relacionado à falta de estrutura hospitalar, com investigação em andamento. Em seguida, mencionou ocorrências semelhantes em Ariquemes (RO), envolvendo perdas de bebês em unidade de atendimento. Também apontou a responsabilização de autoridades e questionou a ausência de punições. Além disso, associou os problemas à deterioração do sistema de saúde estadual. Ao final, relacionou a situação a possível proposta de privatização do setor.

**Helder Salomão (PT - ES)** - O Deputado destacou a presença de mulheres policiais do Brasil e de outros países em visita à Câmara dos Deputados. Ainda, mencionou a participação de representantes internacionais no III Congresso Internacional das Mulheres Policiais. Em seguida, registrou a atuação de profissionais da segurança pública e a presença de convidadas no plenário. Ademais, parabenizou as mulheres pela atuação nas forças policiais e colocou o mandato à disposição das participantes. Ao final, agradeceu a visita e o intercâmbio internacional promovido pelo evento.

**Átila Lins (PSD - AM)** - O Deputado elogiou a decisão do Tribunal Regional Federal da 1ª Região que permitiu a retomada das obras da BR-319, no Amazonas. Afirmou que a medida viabilizaria a continuidade de licitações conduzidas com apoio de órgãos federais. Ainda sobre o assunto, ressaltou a importância da rodovia para a integração do Amazonas e a superação do isolamento regional. Além disso, registrou a atuação da bancada do Estado na defesa da obra e



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Registro Oficial e Redação Parlamentar – DEREPE

Sumário da Sessão nº 69.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 29/04/2026

mencionou a expectativa de avanço das intervenções com apoio do Governo Federal. Ao final, fez apelo à companhia aérea Azul para manutenção de voos em Municípios do interior do Amazonas.

**Carla Dickson (UNIÃO - RN)** - A Deputada solicitou à Presidência que incluísse na pauta o Projeto de Lei Complementar nº185, de 2024, que regulamenta a aposentadoria especial dos agentes comunitários de saúde e dos agentes de combate às endemias, prevista no § 10 do art. 198 da Constituição Federal. Em seguida, ressaltou a importância da medida para assegurar melhores condições à classe em todo o País. Ao final, registrou reconhecimento à atuação da entidade representativa e dos trabalhadores da área.

**Merlong Solano (P T - PI)** - O Deputado destacou o avanço da escola pública de tempo integral no Brasil, com expansão iniciada em gestões anteriores do Governo Lula. Apontou ainda que, no Piauí, a rede de ensino médio passou a adotar integralmente esse modelo por decisão do Governo Estadual. Em seguida, ressaltou o apoio técnico e financeiro do Ministério da Educação para a ampliação dessa política em Municípios. Também mencionou a inauguração de unidades em José de Freitas (PI), inclusive em comunidades rurais. Ao final, afirmou que a medida ampliou o acesso à educação de qualidade para jovens do campo.

**Geraldo Resende (PSDB - MS)** - O Deputado relatou visita à reserva indígena de Dourados (MS), onde acompanhou ações da Secretaria Especial de Saúde Indígena (Sesai) e do Distrito Sanitário Especial Indígena (DSEI) no enfrentamento à epidemia de chikungunya que atingiu a comunidade. Cobrou providências diante do registro de quase dez mortes entre indígenas e defendeu medidas para conter o avanço da doença. Durante a agenda, vistoriou duas Unidades Básicas de Saúde viabilizadas por seu mandato, informou o andamento de 300 moradias destinadas à população indígena e acompanhou etapas do processo licitatório para instalação de sistema de reserva e distribuição de água potável na região.

**Waldenor Pereira (PT - BA)** - O Deputado destacou pesquisa divulgada pelo Instituto Genial/Quaest sobre o cenário político na Bahia e afirmou que os dados indicaram aprovação de 56% à gestão do governador Jerônimo Rodrigues. Informou que 51% dos entrevistados consideraram que o Governador merece a reeleição e ressaltou a preferência de 47% por um governo aliado ao Presidente Lula. Também mencionou a liderança de Jaques Wagner e Rui Costa na disputa ao Senado. Concluiu, afirmando que o levantamento mostrou que a Bahia registrou o menor índice de influência do bolsonarismo no País, com 10%.

**Silvio Antonio (PL - MA)** - O Deputado levou à tribuna demandas apresentadas por entidades ligadas à educação superior e à pesquisa científica. Relatou apelo da Federação de



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Registro Oficial e Redação Parlamentar – DEREPA

Sumário da Sessão nº 69.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 29/04/2026

Sindicatos de Trabalhadores Técnico-administrativos em Instituições de Ensino Superior Públicas do Brasil, que representa 37 entidades em greve desde 23 de fevereiro de 2026, e solicitou negociação do Governo Federal para encerrar a paralisação nas universidades federais. Também destacou manifestação da Sociedade Brasileira de Bioquímica e Biologia Molecular sobre sucessivas reduções na cota de importação do CNPq, apontadas como fator de risco à continuidade de pesquisas científicas. Concluiu, defendendo providências para garantir o funcionamento das instituições e preservar o desenvolvimento científico nacional.

**Roberto Duarte (REPUBLICANOS - AC)** - O Deputado saudou a visita do Vereador Eber Machado ao Plenário da Câmara, registrando que ele buscava melhorias e emendas para Rio Branco e o Acre. Também destacou sua pré-candidatura a Deputado Federal e lhe desejou boas-vindas à Casa.

**Marina Silva (REDE - SP)** - A Deputada afirmou que subiu à tribuna para corrigir informações falsas sobre a suspensão de licitação do DNIT para obras na BR-319. Disse que a decisão judicial atendeu parcialmente ação civil pública do Observatório do Clima e que, depois disso, o Senador Eduardo Braga teria espalhado mentiras ao tentar vinculá-la ao processo por meio do escritório de sua filha, Moara Silva Vaz de Lima. Ressaltou ainda que o escritório negou qualquer participação na ação, criticou a tentativa de desviar o debate do mérito ambiental e acusou o Senador de promover intimidação política e de gênero.

**Paulo Pimenta (PT - RS)** - O Deputado lembrou as enchentes que atingiram o Rio Grande do Sul e destacou ações do Governo Federal na reconstrução do Estado após a tragédia climática de 2023. Afirmou que os investimentos superaram R\$ 111 bilhões e envolveram força-tarefa com 18 Ministérios, além das Forças Armadas. Entre as medidas citadas, mencionou o pagamento do Auxílio-Reconstrução a 430 mil famílias, a entrega e contratação de 25 mil moradias, apoio a 66 mil empresas e renegociação de dívidas de 229 mil produtores rurais. Também ressaltou recursos destinados à reconstrução de infraestrutura, saúde e educação, além da suspensão temporária da dívida estadual com a União, vinculando a recuperação econômica gaúcha às ações adotadas pelo Governo Federal.

**Rafael Fera (PODE - RO)** - O Deputado registrou a presença do Vereador Gilmário Silva de Goes, de Campo Novo (RO), e destacou articulação conjunta em favor do Município. Informou a destinação de mais de R\$ 1,75 milhão para a área da saúde local, atendendo demanda apresentada pelo representante municipal. Por último, solicitou prioridade na tramitação e votação do Projeto de Lei Complementar nº 185, de 2024, voltado aos agentes comunitários de saúde e aos agentes de combate às endemias.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Registro Oficial e Redação Parlamentar – DEREPE

Sumário da Sessão nº 69.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 29/04/2026

**Icaro de Valmir (REPUBLICANOS - SE)** - O Deputado criticou a gestão do Governador Fábio Mitidieri diante da crise de abastecimento de água em Sergipe e denunciou o que classificou como agravamento do problema após a concessão do sistema à Iguá Sergipe. Relatou que a falta d'água atingiu tanto Municípios do interior quanto bairros da capital, com famílias recorrendo a caminhões-pipa e enfrentando dificuldades para suprir necessidades básicas. Também apontou impactos sobre o comércio e o turismo, mencionando estabelecimentos afetados pelo racionamento. Por fim, acusou o Governo Estadual de omissão e de minimizar a gravidade da situação.

**Messias Donato (UNIÃO - ES)** - O Deputado registrou a visita do Vereador Ruan Miranda, de Piúma (ES), destacando pedidos de recursos para a construção de uma quadra escolar, compra de ambulância e investimentos em saúde no Município. Também aproveitou para parabenizar os Vereadores do Espírito Santo e de todo o Brasil pelo trabalho nas Câmaras Municipais.

#### ORDEM DO DIA

**Marina Silva (REDE - SP)** - A Deputada encaminhou a votação do requerimento de moção de repúdio às declarações ofensivas e discriminatórias dirigidas às mulheres brasileiras e ao povo brasileiro proferidas pelo Sr. Paolo Zampolli, aliado político e assessor do Presidente dos Estados Unidos.

**Gilson Marques (NOVO - SC)** - O Deputado encaminhou a votação do requerimento de moção de repúdio às declarações ofensivas e discriminatórias dirigidas às mulheres brasileiras e ao povo brasileiro proferidas pelo Sr. Paolo Zampolli, aliado político e assessor do Presidente dos Estados Unidos.

**Hugo Motta (REPUBLICANOS - PB)** - O Presidente da Câmara destacou a aprovação de moção de repúdio a declarações atribuídas ao assessor especial dos Estados Unidos Paolo Zampolli e reafirmou o compromisso da Casa no enfrentamento à violência contra a mulher. Citou dados de feminicídio registrados em 2025 e mencionou iniciativas legislativas voltadas à proteção das mulheres, como o Programa Antes que Aconteça, medidas protetivas ampliadas e debates sobre legislação contra misoginia. Durante a manifestação, o Deputado ressaltou a atuação da bancada feminina e de autores dos requerimentos aprovados.

**Gilson Marques (NOVO - SC)** - O Deputado encaminhou a votação do requerimento de urgência ao Projeto de Lei nº 488, de 2019, que determina a obrigatoriedade de imposição de penas restritivas de direitos aos condenados por crimes de pedofilia.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Registro Oficial e Redação Parlamentar – DEREPA

Sumário da Sessão nº 69.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 29/04/2026

**Kim Kataguiri (MISSÃO - SP)** - O Deputado defendeu requerimento de urgência ao Projeto de Lei nº 488, de 2019 que amplia restrições a condenados por crimes de pedofilia. Explicou que a proposta previa, além da pena privativa de liberdade, a imposição de penas restritivas de direitos, como a proibição de circulação em um raio de até 200 metros de escolas públicas e privadas, parques infantis e praças com áreas destinadas a crianças. Afirmou ainda que a medida buscou reforçar mecanismos de proteção à infância e prevenir novos casos de violência sexual contra menores e pessoas vulneráveis. Por fim, manifestou interesse em relatar a matéria no Plenário e solicitou apoio dos demais Deputados para aprovação da proposta.

**Marcelo Nilo (REPUBLICANOS - BA)** - O Deputado criticou declarações atribuídas ao Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, ao Ministro Rui Costa e ao Governador Jerônimo Rodrigues sobre segurança pública e tráfico de drogas na Bahia. Afirmou que o Estado enfrentou avanço da criminalidade, com impacto sobre Salvador e outras regiões, e contestou avaliações positivas da gestão estadual na área. Além disso, responsabilizou governos petistas pela condução das políticas de segurança e questionou posicionamentos que trataram o tema de forma inadequada diante do cenário de violência. Também manifestou preocupação com o crescimento da influência do narcotráfico e defendeu mudança na condução das ações de enfrentamento à criminalidade no Estado.

**Romero Rodrigues (PODE - PB)** - O Deputado registrou a presença de três Vereadores de Gurjão (PB) no Plenário da Câmara: Thalís, Ronaldo e Val. Destacou que eles vieram defender pautas como o piso salarial dos garis, a aposentadoria especial para agentes comunitários de saúde e de combate às endemias, além de apoio aos profissionais da educação.

**Helder Salomão (PT - ES)** - O Deputado defendeu apoio integral da Câmara ao endurecimento das penas contra a pedofilia, mas alertou que a redação do Projeto de Lei nº 488, de 2019, pode ser ampla demais e dificultar a fiscalização pelos agentes públicos. Por isso, pediu ao relator que revise o texto com cuidado para evitar problemas de aplicação da lei.

**Gilson Marques (NOVO - SC)** - O Deputado encaminhou a votação do requerimento de urgência ao Projeto de Lei nº 5.894, de 2025, que institui o Plano Nacional de Cultura para o decênio 2025-2035.

**Cabo Gilberto Silva (PL - PB)** - O Deputado criticou o comandante da Marinha por se posicionar contra as emendas parlamentares. Afirmou que a fala foi irresponsável, disse que



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Registro Oficial e Redação Parlamentar – DEREPA

Sumário da Sessão nº 69.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 29/04/2026

eventual falta de recursos das Forças Armadas deve ser cobrada do Presidente Lula, e não do Congresso, e reforçou a importância das emendas para atender demandas da Paraíba.

**Cabo Gilberto Silva (PL - PB)** - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de urgência ao Projeto de Lei Complementar nº 21, de 2026, que institui o Regime Especial de Tributação para Associações Desportivas (RETAD), para unificar a apuração de tributos federais incidentes sobre as receitas de associações civis desportivas sem fins lucrativos, e altera a Lei nº 14.193, de 6 de agosto de 2021.

**Cabo Gilberto Silva (PL - PB)** - O Deputado condenou as declarações do Presidente Lula sobre as mulheres e sustentou que o Congresso Nacional tem o dever de defender todos os brasileiros, sem distinções, conforme o art. 5º da Constituição Federal. Ademais, criticou o Governo Lula por patrocinar notícias falsas na internet para demonstrar preocupação com as mulheres. Além disso, recriminou declarações desrespeitosas do Presidente sobre violência contra a mulher e sobre o número de filhos de uma senhora. Por fim, defendeu que o Presidente Lula não merece o voto feminino.

**Helder Salomão (PT - ES)** - O Deputado levantou questão de ordem para contestar o uso da palavra pelo Deputado Cabo Gilberto Silva, que se inscreve para falar sobre a matéria em deliberação, mas se pronuncia sobre outros assuntos, violando o Regimento Interno.

**Kim Katagiri (MISSÃO - SP)** - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de urgência para o Projeto de Lei Complementar nº 41, de 2026, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Enfrentamento da Violência contra Meninas e Mulheres e a destinação de recursos às ações de enfrentamento ao feminicídio e de garantia da vida de meninas e mulheres.

**Gilson Marques (NOVO - SC)** - O Deputado elogiou a condução da sessão deliberativa pela Presidente em exercício, Deputada Laura Carneiro. Ademais, aprovou o objetivo do Projeto de Lei Complementar nº 41, de 2026, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Enfrentamento da Violência contra Meninas e Mulheres e a destinação de recursos às ações de enfrentamento ao feminicídio e de garantia da vida de meninas e mulheres, mas criticou a concentração de recursos em poder do Governo Federal para destinação mediante critérios subjetivos, prejudicando Estados como São Paulo e Santa Catarina.

**Natália Bonavides (PT - RN)** - A Deputada destacou matérias publicadas pelo Instituto Conhecimento Liberta (ICL), com base em mais de 3 mil páginas de documentos furtados pelo Coronel Ciro Etchegoyen sobre a ditadura militar. Ressaltou os registros de saques em residências



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Registro Oficial e Redação Parlamentar – DEREPE

Sumário da Sessão nº 69.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 29/04/2026

de perseguidos políticos bem como o pagamento de gratificação a militares por missões de extermínio. Ademais, apontou o caso de uma mulher sequestrada e violentada por ter alugado quartos a opositores do regime militar. Por fim, defendeu a criação de nova Comissão da Verdade, diante do acesso a informações antes indisponíveis.

**Cabo Gilberto Silva (PL - PB)** - O Deputado contestou a questão de ordem levantada para destacar que suas críticas ao Presidente Lula tinham relação com o conteúdo da proposição debatida. Além disso, repudiou as declarações desrespeitosas do Presidente Lula sobre a ex-Diretora do Fundo Monetário Internacional (FMI) e sobre mulheres donas de casa, e sustentou que sua obrigação como Parlamentar é defendê-las.

**Maria do Rosário (PT - RS)** - A Deputada contestou as tentativas do Partido Liberal (PL) de impedir o uso do termo “Bolso Master” para se referir ao escândalo do Banco Master. Sustentou que o caso envolve fraude ao Sistema Financeiro Nacional, desvio de recursos públicos e corrupção durante o Governo Bolsonaro, além de associar o Senador Flávio Bolsonaro ao episódio.

**Erika Kokay (PT - DF)** - A Deputada defendeu o Projeto de Lei Complementar nº 41, de 2026, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Enfrentamento da Violência contra Meninas e Mulheres e a destinação de recursos às ações de enfrentamento ao feminicídio e de garantia da vida de meninas e mulheres. Ademais, criticou os Parlamentares contrários ao Projeto de Lei nº 896, de 2023, que trata da criminalização da misoginia, e recriminou a trajetória misógina e contrária aos direitos das mulheres do ex-Presidente Bolsonaro. Por fim, sustentou a necessidade de recursos orçamentários para proteção das mulheres, combate à violência doméstica e redução da desigualdade salarial entre homens e mulheres que exercem a mesma função.

**Lídice da Mata (PSB - BA)** - A Deputada defendeu o Projeto de Lei Complementar nº 41, de 2026, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Enfrentamento da Violência contra Meninas e Mulheres e a destinação de recursos às ações de enfrentamento ao feminicídio e de garantia da vida de meninas e mulheres. Ademais, destacou a sua participação como coautora da proposição juntamente com os Deputados Jonas Donizette, Maria Arraes e Tabata Amaral. Além disso, destacou o apoio das mulheres brasileiras ao Presidente Lula. Ao final, criticou o ex-Presidente Bolsonaro, lembrando episódios de violência política contra mulheres, incluindo ataques à Deputada Maria do Rosário e a jornalistas, e lamentou o baixo nível do debate na Câmara dos Deputados.

**Gilson Marques (NOVO - SC)** - O Deputado encaminhou a votação do requerimento de urgência ao Projeto de Lei nº 5.125, de 2023, que altera o Código de Processo Penal e a Lei de



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Registro Oficial e Redação Parlamentar – DEREPA

Sumário da Sessão nº 69.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 29/04/2026

Execução Penal para estabelecer a prisão nos casos de descumprimento de medidas cautelares, como monitoramento eletrônico e proibição de manter contato com a vítima, quando relacionados a crimes violentos ou que envolvam violência doméstica e familiar contra a mulher, criança, adolescente, idoso, enfermo ou pessoa com deficiência.

**Soraya Santos (PL - RJ)** - A Deputada celebrou a realização, no Brasil, de encontro internacional de mulheres policiais direcionado à proteção das mulheres na sociedade. Ademais, destacou a participação de representantes de diversos Estados brasileiros e de outros países, incluindo a Guatemala. Além disso, elogiou o trabalho desempenhado pelas policiais e ressaltou o protagonismo feminino na segurança pública e na defesa das mulheres.

**Cabo Gilberto Silva (PL - PB)** - O Deputado tratou do Projeto de Lei nº 5.125, de 2023, que altera o Código de Processo Penal e a Lei de Execução Penal para estabelecer a prisão nos casos de descumprimento de medidas cautelares, como monitoramento eletrônico e proibição de manter contato com a vítima, quando relacionados a crimes violentos ou que envolvam violência doméstica e familiar contra a mulher, criança, adolescente, idoso, enfermo ou pessoa com deficiência. Ademais, defendeu a aprovação de um novo Código Penal e alertou para o risco de textos legislativos genéricos ampliarem a margem de interpretação judicial. Por fim, criticou a "ditadura da toga" e o arbítrio do Supremo Tribunal Federal (STF) ao interpretar a Constituição Federal.

**Helder Salomão (PT - ES)** - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de urgência ao Projeto de Lei nº 5.125, de 2023, que altera o Código de Processo Penal e a Lei de Execução Penal para estabelecer a prisão nos casos de descumprimento de medidas cautelares, como monitoramento eletrônico e proibição de manter contato com a vítima, quando relacionados a crimes violentos ou que envolvam violência doméstica e familiar contra a mulher, criança, adolescente, idoso, enfermo ou pessoa com deficiência. Ademais, lembrou o episódio em que o ex-Presidente Bolsonaro violou a tornozeleira eletrônica e elogiou o dispositivo da proposição que considera falta grave a referida violação.

**Cabo Gilberto Silva (PL - PB)** - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de urgência ao Projeto de Lei nº 5.125, de 2023, que altera o Código de Processo Penal e a Lei de Execução Penal para estabelecer a prisão nos casos de descumprimento de medidas cautelares, como monitoramento eletrônico e proibição de manter contato com a vítima, quando relacionados a crimes violentos ou que envolvam violência doméstica e familiar contra a mulher, criança, adolescente, idoso, enfermo ou pessoa com deficiência. Ademais, criticou o Governo Lula por tentar associar o escândalo do Banco Master ao ex-Presidente Bolsonaro. Por fim, destacou o favorecimento do Governador da Bahia ao Banco Master, o encontro reservado



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Registro Oficial e Redação Parlamentar – DEREPA

Sumário da Sessão nº 69.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 29/04/2026

entre o Presidente Lula e o empresário dono do banco, além de envolvimento de Ministros aliados do Governo com a referida instituição financeira.

**Erika Kokay (PT - DF)** - A Deputada orientou a bancada na votação do requerimento de urgência ao Projeto de Lei nº 5.125, de 2023, que altera o Código de Processo Penal e a Lei de Execução Penal para estabelecer a prisão nos casos de descumprimento de medidas cautelares, como monitoramento eletrônico e proibição de manter contato com a vítima, quando relacionados a crimes violentos ou que envolvam violência doméstica e familiar contra a mulher, criança, adolescente, idoso, enfermo ou pessoa com deficiência. Além disso, criticou os Parlamentares favoráveis ao Projeto de Lei nº 2.162, de 2023, que dispõe sobre a dosimetria da pena, afirmando que a proposta liberta autores de crimes graves e aqueles envolvidos em tentativa de golpe contra a democracia.

**General Pazuello (PL - RJ)** - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de urgência ao Projeto de Lei nº 5.125, de 2023, que altera o Código de Processo Penal e a Lei de Execução Penal para estabelecer a prisão nos casos de descumprimento de medidas cautelares, como monitoramento eletrônico e proibição de manter contato com a vítima, quando relacionados a crimes violentos ou que envolvam violência doméstica e familiar contra a mulher, criança, adolescente, idoso, enfermo ou pessoa com deficiência. Ademais, convidou a todos para participarem do Congresso Internacional sobre Segurança Pública, no Rio de Janeiro (RJ).

**Tiago Dimas (PODE - TO)** - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de urgência ao Projeto de Lei nº 5.125, de 2023, que altera o Código de Processo Penal e a Lei de Execução Penal para estabelecer a prisão nos casos de descumprimento de medidas cautelares, como monitoramento eletrônico e proibição de manter contato com a vítima, quando relacionados a crimes violentos ou que envolvam violência doméstica e familiar contra a mulher, criança, adolescente, idoso, enfermo ou pessoa com deficiência. Ademais, celebrou a reinauguração da Clínica Escola Mundo Autista, em Araguaína (TO), reformada com recursos de emenda parlamentar de seu mandato. Além disso, reforçou seu apoio à causa autista por meio de iniciativas voltadas à inclusão, ao atendimento prioritário e à implementação de políticas públicas estruturantes. Ao final, elogiou o Prefeito Wagner Rodrigues pela parceria na viabilização do projeto.

**Fernando Rodolfo (PRD - PE)** - O Deputado saudou a presença, no plenário da Câmara dos Deputados, da Delegada Débora Bandeira e da Delegada Claudia Molinna, destacando a atuação de ambas na defesa dos direitos da mulher e no enfrentamento à violência doméstica em Pernambuco.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Registro Oficial e Redação Parlamentar – DEREPA

Sumário da Sessão nº 69.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 29/04/2026

**Helder Salomão (PT - ES)** - O Deputado encaminhou a votação do Recurso nº 7, de 2026, contra a tramitação conclusiva do Projeto de Lei nº 580, de 2023, que submete a desconstituição da coisa julgada tributária, contrária à decisão proferida em controle concentrado ou em sede de repercussão geral, à ação rescisória.

**Gilson Marques (NOVO - SC)** - O Deputado encaminhou a votação do Recurso nº 7, de 2026, contra a tramitação conclusiva do Projeto de Lei nº 580, de 2023, que submete a desconstituição da coisa julgada tributária, contrária à decisão proferida em controle concentrado ou em sede de repercussão geral, à ação rescisória.

**Bibo Nunes (PL - RS)** - O Deputado orientou a bancada na votação do recurso contra a tramitação conclusiva do Projeto de Lei nº 580, de 2023, que submete a desconstituição da coisa julgada tributária, contrária à decisão proferida em controle concentrado ou em sede de repercussão geral, à ação rescisória. Destacou a importância da votação no Congresso sobre o Projeto de Lei nº 2.162, de 2023, que trata da dosimetria da pena, e defendeu a revisão de condenações relacionadas aos atos de 8 de janeiro. Afirmou que houve punições desproporcionais, citando casos de pessoas condenadas a 14 anos de prisão por atos como pichação e contribuição financeira. Também mencionou jovens do Rio Grande do Sul que, segundo ele, não estavam presentes, mas foram detidos e permaneceram sob medidas restritivas. Criticou o Supremo Tribunal Federal, apontando motivação política nas decisões. Ao final, declarou que o Congresso deveria derrubar o veto presidencial para reduzir o que classificou como injustiças no País.

**Erika Kokay (PT - DF)** - A Deputada orientou a bancada na votação do recurso contra a tramitação conclusiva do Projeto de Lei nº 580, de 2023, que submete a desconstituição da coisa julgada tributária, contrária à decisão proferida em controle concentrado ou em sede de repercussão geral, à ação rescisória.

**Otoni de Paula (PSD - RJ)** - O Deputado orientou a bancada na votação do recurso contra a tramitação conclusiva do Projeto de Lei nº 580, de 2023, que submete a desconstituição da coisa julgada tributária, contrária à decisão proferida em controle concentrado ou em sede de repercussão geral, à ação rescisória. Afirmou ter feito denúncia relacionada à política do Estado do Rio de Janeiro. Citou o ex-Governador Cláudio Castro e o Deputado estadual Douglas Ruas, apontando proposta de ampliação do volume de emendas parlamentares na Assembleia Legislativa. Informou que a medida representaria aumento do poder de destinação de recursos e teria impacto sobre o orçamento público. Também mencionou decisão do Desembargador Ricardo



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Registro Oficial e Redação Parlamentar – DEREPA

Sumário da Sessão nº 69.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 29/04/2026

Couto e fez referências a investigações, citando a Polícia Federal. Ao final, associou a iniciativa a interesses políticos no Estado e mencionou o Senador Flávio Bolsonaro.

**Gilson Marques (NOVO - SC)** - O Deputado orientou a bancada na votação do recurso contra a tramitação conclusiva do Projeto de Lei nº 580, de 2023, que submete a desconstituição da coisa julgada tributária, contrária à decisão proferida em controle concentrado ou em sede de repercussão geral, à ação rescisória.

**Kim Kataguiri (MISSÃO - SP)** - O Deputado orientou a bancada na votação do recurso contra a tramitação conclusiva do Projeto de Lei nº 580, de 2023, que submete a desconstituição da coisa julgada tributária, contrária à decisão proferida em controle concentrado ou em sede de repercussão geral, à ação rescisória.

**Chico Alencar (PSOL - RJ)** - O Deputado orientou a bancada na votação do recurso contra a tramitação conclusiva do Projeto de Lei nº 580, de 2023, que submete a desconstituição da coisa julgada tributária, contrária à decisão proferida em controle concentrado ou em sede de repercussão geral, à ação rescisória.

**Coronel Assis (PL - MT)** - O Deputado orientou a bancada na votação do recurso contra a tramitação conclusiva do Projeto de Lei nº 580, de 2023, que submete a desconstituição da coisa julgada tributária, contrária à decisão proferida em controle concentrado ou em sede de repercussão geral, à ação rescisória.

**Erika Kokay (PT - DF)** - A Deputada defendeu a aprovação do recurso contra a tramitação conclusiva do Projeto de Lei nº 580, de 2023, que submete a desconstituição da coisa julgada tributária, contrária à decisão proferida em controle concentrado ou em sede de repercussão geral, à ação rescisória.

**Jeferson Rodrigues (PSDB - GO)** - O Deputado relatou episódio ocorrido em um shopping no Rio de Janeiro (RJ) envolvendo uma atriz e uma pessoa trans em banheiro feminino, apontando controvérsia sobre o uso de espaços exclusivos. Afirmou que a situação gerou debate sobre direitos, liberdade e convivência social. Destacou dados sobre a composição religiosa e política do País e defendeu valores ligados à família e a princípios conservadores. Declarou que respeitava direitos individuais, mas sustentou a necessidade de limites no uso de espaços que envolvem intimidade. Também mencionou que mudanças legislativas dependeriam de maioria no Congresso. Ao final, defendeu respeito entre diferentes grupos e fez referência a fundamentos religiosos.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Registro Oficial e Redação Parlamentar – DEREPA

Sumário da Sessão nº 69.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 29/04/2026

**Rogéria Santos (REPUBLICANOS - BA)** - A Deputada cumprimentou a Presidência, destacando a importância da participação feminina na condução dos trabalhos. Além disso, deu boas-vindas a Vereadores da Bahia que estavam em Brasília para a Marcha dos Vereadores. Citou a Vereadora Laurinda, de Ibipitanga (BA), a Vereadora Solineide, de Curaçá (BA), e o Vereador Cezão, também do Município. Informou que os representantes municipais estiveram no gabinete para apresentar demandas de suas cidades. Ao final, agradeceu a presença dos convidados e ressaltou a representação dos Municípios baianos no encontro.

**Eduardo Velloso (SOLIDARIEDADE - AC)** - O Deputado cumprimentou autoridades e representantes do Estado do Acre presentes na Câmara. Mencionou o Secretário adjunto de Educação, Tião Flores, e a integrante da área de planejamento da Secretaria Estadual, Nazaré Lima. Também citou o Vereador Fábio Araújo, de Rio Branco (AC), e os Vereadores Josafá e Jerimum, de Cruzeiro do Sul. (AC) Informou que a recepção foi realizada em conjunto com as Deputadas Meire e Socorro Neri. Destacou a presença dos convidados na Casa e agradeceu a participação dos representantes acreanos nas atividades em Brasília.

**Sílvia Cristina (PP - RO)** - A Deputada proferiu parecer ao Projeto de Lei nº 1.248, de 2024, que altera a redação do § 4º no art. 5º da Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009, para que seja considerado o custo amazônico em relação às matrículas da região amazônica.

**Hildo Rocha (MDB - MA)** - O Deputado discutiu o Projeto de Lei nº 1.248, de 2024, que altera a redação do § 4º no art. 5º da Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009, para que seja considerado o custo amazônico em relação às matrículas da região amazônica.

**Kim Kataguirí (MISSÃO - SP)** - O Deputado discutiu o Projeto de Lei nº 1.248, de 2024, que altera a redação do § 4º no art. 5º da Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009, para que seja considerado o custo amazônico em relação às matrículas da região amazônica.

**Célia Xakriabá (PSOL - MG)** - A Deputada discutiu o Projeto de Lei nº 1.248, de 2024, que altera a redação do § 4º no art. 5º da Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009, para que seja considerado o custo amazônico em relação às matrículas da região amazônica.

**Gilson Marques (NOVO - SC)** - O Deputado discutiu o Projeto de Lei nº 1.248, de 2024, que altera a redação do § 4º no art. 5º da Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009, para que seja considerado o custo amazônico em relação às matrículas da região amazônica.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Registro Oficial e Redação Parlamentar – DEREPA

Sumário da Sessão nº 69.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 29/04/2026

**Silvia Cristina (PP - RO)** - A Deputada proferiu parecer às Emendas de Plenário ao Projeto de Lei nº 1.248, de 2024, que altera a redação do § 4º no art. 5º da Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009, para que seja considerado o custo amazônico em relação às matrículas da região amazônica.

**Paulo Lemos (PT - AP)** - O Deputado encaminhou a votação das Emendas de Plenário ao Projeto de Lei nº 1.248, de 2024, que altera a redação do § 4º no art. 5º da Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009, para que seja considerado o custo amazônico em relação às matrículas da região amazônica.

**Kim Kataguirí (MISSÃO - SP)** - O Deputado encaminhou a votação das Emendas de Plenário ao Projeto de Lei nº 1.248, de 2024, que altera a redação do § 4º no art. 5º da Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009, para que seja considerado o custo amazônico em relação às matrículas da região amazônica.

**Marina Silva (REDE - SP)** - A Deputada encaminhou a votação das Emendas de Plenário ao Projeto de Lei nº 1.248, de 2024, que altera a redação do § 4º no art. 5º da Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009, para que seja considerado o custo amazônico em relação às matrículas da região amazônica.

**Gilson Marques (NOVO - SC)** - O Deputado encaminhou a votação do Projeto de lei nº 1.248, de 2024, que altera a redação do § 4º no art. 5º da Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009, para que seja considerado o custo amazônico em relação às matrículas da região amazônica.

**Socorro Neri (PP - AC)** - A Deputada orientou a bancada na votação da Subemenda Substitutiva ao Projeto de lei nº 1.248, de 2024, que altera a redação do § 4º no art. 5º da Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009, para que seja considerado o custo amazônico em relação às matrículas da região amazônica.

**Rodrigo da Zaeli (PL - MT)** - O Deputado orientou a bancada na votação da Subemenda Substitutiva ao Projeto de lei nº 1.248, de 2024, que altera a redação do § 4º no art. 5º da Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009, para que seja considerado o custo amazônico em relação às matrículas da região amazônica. Além disso, apresentou o Vereador Marcos Vinicius, de Sinop (MT), destacando sua atuação como advogado no combate à corrupção no Município.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Registro Oficial e Redação Parlamentar – DEREPA

Sumário da Sessão nº 69.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 29/04/2026

**Helder Salomão (PT - ES)** - O Deputado defendeu a inclusão do fator amazônico no âmbito do Projeto de lei nº 1.248, de 2024, destacando que a Amazônia Legal enfrenta desafios específicos, como grandes distâncias, baixa densidade populacional e infraestrutura precária. Além disso, afirmou que essas condições encarecem serviços essenciais, como transporte e alimentação escolar, tornando necessária a inclusão do fator como medida de justiça para a região.

**Sônia Guajajara (PSOL - SP)** - A Deputada orientou a bancada na votação da Subemenda Substitutiva ao Projeto de lei nº 1.248, de 2024, que altera a redação do § 4º no art. 5º da Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009, para que seja considerado o custo amazônico em relação às matrículas da região amazônica.

**Kim Kataguirí (MISSÃO - SP)** - O Deputado criticou o Projeto de lei nº 1.248, de 2024, em discussão, ao afirmar que a criação do fator amazônico parte de um diagnóstico equivocado. Mencionou que a Região Amazônica já recebe, há décadas, repasses significativamente maiores da União. Concluiu que o principal problema não seria a falta de recursos, mas sim falhas de gestão pública.

**Paulo Lemos (PT - AP)** - O Deputado orientou a bancada na votação da Subemenda Substitutiva ao Projeto de lei nº 1.248, de 2024, que altera a redação do § 4º no art. 5º da Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009, para que seja considerado o custo amazônico em relação às matrículas da região amazônica.

**Cabo Gilberto Silva (PL - PB)** - O Deputado orientou a bancada na votação da Subemenda Substitutiva ao Projeto de lei nº 1.248, de 2024, que altera a redação do § 4º no art. 5º da Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009, para que seja considerado o custo amazônico em relação às matrículas da região amazônica. Além disso, criticou a política do Governo do Luiz Inácio Lula da Silva para as regiões do País, especialmente a Região Norte do Brasil. Afirmou que obras de infraestrutura, como a BR-230, permanecem sem avanços, o que, em sua avaliação, evidencia falta de desenvolvimento na região.

**Patrus Ananias (PT - MG)** - O Deputado criticou posições da oposição na Câmara e afirmou que faltaria compromisso com a unidade nacional. Argumentou que há concentração de arrecadação em unidades como São Paulo, apontando uma distribuição de renda desigual no País. Por fim, afirmou que iniciativas em discussão no Parlamento, como o Projeto de lei nº 1.248, de 2024, buscam ampliar a integração da Região Amazônica ao projeto nacional, com foco em reduzir disparidades regionais e promover maior equilíbrio federativo.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Registro Oficial e Redação Parlamentar – DEREPA

Sumário da Sessão nº 69.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 29/04/2026

**Cabo Gilberto Silva (PL - PB)** - O Deputado orientou a bancada na votação da Subemenda Substitutiva ao Projeto de lei nº 1.248, de 2024, que altera a redação do § 4º no art. 5º da Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009, para que seja considerado o custo amazônico em relação às matrículas da região amazônica. Além disso, lamentou a aprovação, pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania do Senado Federal, da indicação do Sr. Jorge Messias para o Supremo Tribunal Federal (STF), apontando o risco de maior aparelhamento da Corte por militantes políticos que, segundo o orador, desrespeitam a Constituição e geram insegurança jurídica.

**Meire Serafim (UNIÃO - AC)** - A Deputada destacou a aprovação do Projeto de Lei nº 1.248, de 2024, em discussão, ressaltando a importância da medida para a educação na Região Amazônica. Afirmou que a iniciativa busca promover maior equidade no financiamento educacional, beneficiando estudantes e fortalecendo a educação pública. Também registrou agradecimentos a Parlamentares envolvidos na aprovação da proposta e manifestou expectativa pela continuidade de sua tramitação.

**Kim Kataguiri (MISSÃO - SP)** - O Deputado comentou a tramitação da indicação de Jorge Messias ao Supremo Tribunal Federal, mencionando inicialmente a aprovação do nome na Comissão de Constituição e Justiça do Senado. Destacou a rejeição da indicação pelo Plenário do Senado como um episódio inédito na Nova República. Além disso, criticou nomeações anteriores, como as dos Ministros Alexandre de Moraes e Dias Toffoli, e assinalou suspeitas em torno de contrato de 129 milhões de reais firmado com a esposa deste último. Por fim, conclamou os Senadores a votar o impeachment dos referidos Ministros e a encaminhar pedido de prisão de ambos à Procuradoria-Geral da República.

**Socorro Neri (PP - AC)** - A Deputada proferiu parecer ao Projeto de lei nº 2.841, de 2024, que institui o Programa Nacional de Fomento às Escolas Resilientes e dá outras providências.

**Alencar Santana (PT - SP)** - O Deputado destacou a instalação da Comissão Especial destinada a debater o fim da escala de trabalho 6 por 1, classificando o momento como relevante para a Câmara dos Deputados. Mencionou o compromisso de votação da proposta ainda no mês de maio e agradeceu pela indicação para presidir o colegiado, bem como aos Parlamentares que o elegeram. Também registrou a designação do Deputado Leo Prates como relator e defendeu que a proposta contribua para melhores condições de trabalho, com redução da jornada sem diminuição salarial, enfatizando impactos positivos na saúde, na qualidade de vida e no convívio familiar dos trabalhadores.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Registro Oficial e Redação Parlamentar – DEREPE

Sumário da Sessão nº 69.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 29/04/2026

**Cabo Gilberto Silva (PL - PB)** - O Deputado classificou como um momento marcante no Congresso Nacional a rejeição, pelo Senado Federal, da indicação de Jorge Messias ao Supremo Tribunal Federal. Atribuiu a decisão à defesa do Estado de Direito, da democracia e do papel do Parlamento.

**Célia Xakriabá (PSOL - MG)** - A Deputada discutiu o Projeto de lei nº 2.841, de 2024, que institui o Programa Nacional de Fomento às Escolas Resilientes e dá outras providências. Além disso, mencionou projetos de lei voltados ao reconhecimento dos territórios indígenas como questão climática e ao monitoramento da saúde climática na região de Ouro Branco.

**Luiz Lima (NOVO - RJ)** - O Deputado destacou a rejeição pelo Senado Federal da indicação de Jorge Messias ao Supremo Tribunal Federal como um fato de grande relevância política.

**Gilson Marques (NOVO - SC)** - O Deputado discutiu o Projeto de lei nº 2.841, de 2024, que institui o Programa Nacional de Fomento às Escolas Resilientes e dá outras providências.

**Helder Salomão (PT - ES)** - O Deputado discutiu o Projeto de lei nº 2.841, de 2024, que institui o Programa Nacional de Fomento às Escolas Resilientes e dá outras providências.

**Erika Kokay (PT - DF)** - A Deputada discutiu o Projeto de lei nº 2.841, de 2024, que institui o Programa Nacional de Fomento às Escolas Resilientes e dá outras providências.

**Célia Xakriabá (PSOL - MG)** - A Deputada encaminhou a votação do Projeto de lei nº 2.841, de 2024, que institui o Programa Nacional de Fomento às Escolas Resilientes e dá outras providências.

**Gilson Marques (NOVO - SC)** - O Deputado encaminhou a votação do Projeto de lei nº 2.841, de 2024, que institui o Programa Nacional de Fomento às Escolas Resilientes e dá outras providências.

**Marina Silva (REDE - SP)** - A Deputada encaminhou a votação do Projeto de lei nº 2.841, de 2024, que institui o Programa Nacional de Fomento às Escolas Resilientes e dá outras providências.

**Coronel Chrisóstomo (PL - RO)** - O Deputado orientou a bancada na votação do substitutivo ao Projeto de lei nº 2.841, de 2024, que institui o Programa Nacional de Fomento às



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Registro Oficial e Redação Parlamentar – DEREPA

Sumário da Sessão nº 69.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 29/04/2026

Escolas Resilientes e dá outras providências. Além disso, celebrou a rejeição, pelo Senado Federal, da indicação do Sr. Jorge Messias ao Supremo Tribunal Federal, classificando o episódio como inédito ao longo de mais de 132 anos.

**Helder Salomão (PT - ES)** - O Deputado orientou a bancada na votação do substitutivo ao Projeto de lei nº 2.841, de 2024, que institui o Programa Nacional de Fomento às Escolas Resilientes e dá outras providências. Além disso, alertou a população brasileira para a pauta do dia seguinte, que incluiria a tentativa de derrubada do veto presidencial ao Projeto de lei nº 2.162, de 2023, da Dosimetria. Apontou que a medida visaria anistiar autores de crimes contra a democracia, além de pedófilos, traficantes e milicianos condenados por crimes hediondos.

**Marcel van Hattem (NOVO - RS)** - O Deputado orientou a bancada na votação do substitutivo ao Projeto de lei nº 2.841, de 2024, que institui o Programa Nacional de Fomento às Escolas Resilientes e dá outras providências. Além disso, destacou a aprovação de emenda ao projeto de lei Antifacção que vedaria o voto de presos nas eleições. No entanto, criticou a decisão do TSE de postergar a aplicação da medida para o pleito seguinte, classificando-a como mais uma tentativa de beneficiar o Presidente Lula. Por fim, mencionou a derrota do Governo no Senado com a rejeição da indicação ao STF e anunciou que analisa, junto a outros Deputados, formas de recorrer da decisão do TSE.

**Marina Silva (REDE - SP)** - A Deputada defendeu a resiliência das escolas como medida alinhada a programas do Governo Federal, citando o AdaptaCidades, com mais de 500 Municípios participantes nas 27 Unidades da Federação, e o Programa Cidades Verdes Resilientes. Argumentou que tais iniciativas representam um processo irreversível e devem se consolidar como política pública, em consonância com o Projeto de Lei nº 2.842, de 2024, em discussão. Por fim, convocou os Deputados a demonstrar, na prática, o compromisso com a saúde do planeta e das cidades, inclusive por meio da destinação de emendas impositivas a políticas bem estruturadas.

**Junio Amaral (PL - MG)** - O Deputado orientou a bancada na votação do substitutivo ao Projeto de lei nº 2.841, de 2024, que institui o Programa Nacional de Fomento às Escolas Resilientes e dá outras providências. Além disso, classificou a rejeição da indicação de Jorge Messias ao STF como um marco para a retomada da tripartição de Poderes e da independência entre eles, e agradeceu aos Senadores por atenderem ao anseio popular. Por fim, pediu liberdade para os presos do 8 de Janeiro e para todos os cidadãos do País.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Registro Oficial e Redação Parlamentar – DEREPE

Sumário da Sessão nº 69.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 29/04/2026

**Rodolfo Nogueira (PL - MS)** - O Deputado orientou a bancada na votação do substitutivo ao Projeto de lei nº 2.841, de 2024, que institui o Programa Nacional de Fomento às Escolas Resilientes e dá outras providências. Além disso, classificou como histórica a decisão do Senado Federal de rejeitar a indicação de Jorge Messias ao Supremo Tribunal Federal. Também afirmou que o resultado representou uma derrota para o Governo do Luiz Inácio Lula da Silva e destacou que a votação ocorreu apesar de articulações políticas no Congresso.

**Helder Salomão (PT - ES)** - O Deputado orientou a bancada na votação do substitutivo ao Projeto de lei nº 2.841, de 2024, que institui o Programa Nacional de Fomento às Escolas Resilientes e dá outras providências. Além disso, rebateu a fala do orador anterior alertando que a violação de torçozeleira eletrônica passou a ser considerada crime grave, fazendo referência ao contexto da votação do dia e a episódios anteriores envolvendo o monitoramento do ex-Presidente Jair Bolsonaro.

**Rogério Correia (PT - MG)** - O Deputado orientou a bancada na votação do substitutivo ao Projeto de lei nº 2.841, de 2024, que institui o Programa Nacional de Fomento às Escolas Resilientes e dá outras providências. Além disso, classificou a rejeição da indicação ao STF no Senado como mais uma manifestação do que chamou de "ímpeto golpista" da extrema direita, traçando um paralelo com os eventos do 8 de Janeiro. Criticou a oposição por ser contrária à redução da jornada 6 por 1, ao corte de impostos para quem ganha até R\$ 5 mil e por defender a privatização da saúde e da educação públicas. Também alertou para o que descreveu como uma aliança entre a extrema direita e setores do Centrão em torno de um projeto autoritário, e encerrou afirmando que o ex-Presidente Bolsonaro permanecerá preso enquanto houver democracia no Brasil.

**Delegado Éder Mauro (PL - PA)** - O Deputado comemorou a rejeição da indicação ao STF, declarando que o resultado refletiu a pressão popular. Também apontou que a liberação de recursos pelo Governo Federal não foi suficiente para garantir a aprovação do indicado e concluiu que a Esquerda saiu derrotada do episódio.

**Sóstenes Cavalcante (PL - RJ)** - O Deputado parabenizou os Senadores pela rejeição da indicação do Presidente Lula ao STF, classificando o episódio como histórico e como um recado ao que denominou "consórcio do mal", formado pelo Governo Federal e por Ministros da Corte. Apontou que a liberação de R\$ 12 bilhões em emendas e a concessão de cargos não foram suficientes para garantir a aprovação do indicado. Também criticou o aumento de impostos promovido pelo Governo e assinalou perseguição a Parlamentares e lideranças conservadoras por parte de Ministros do STF. Além disso, mencionou supostos contratos de escritórios de Ministros



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Registro Oficial e Redação Parlamentar – DEREPA

Sumário da Sessão nº 69.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 29/04/2026

com o Banco Master e reuniões do Presidente Lula com o controlador da instituição fora da agenda oficial. Por fim, concluiu que a derrota no Senado representou o fim político do Governo.

**Pedro Uczai (PT - SC)** - O Deputado contestou a euforia da oposição com a rejeição da indicação de Jorge Messias ao STF, argumentando que o Senado teria contrariado o povo brasileiro e a democracia, e não o Presidente Lula. Defendeu o indicado como pessoa ilibada e de fé, e classificou o resultado como uma derrota imposta aos evangélicos do Brasil. Também rebateu críticas ao Governo, enumerando realizações como o pleno emprego, o aumento do salário mínimo, a devolução de R\$ 3 bilhões a aposentados lesados por fraudes no INSS e o crescimento econômico do País. Além disso, associou a oposição ao caso do Banco Master e à tentativa de golpe de 8 de Janeiro. Por fim, afirmou que o povo brasileiro reconhecerá as políticas públicas do Governo e reelegerá o Presidente Lula.

**Helder Salomão (PT - ES)** - O Deputado discutiu o Projeto de lei nº 3.158, de 2025, que torna insuscetíveis de fiança os crimes relacionados à pedofilia. Além disso, alertou para a contradição que enxergou na pauta do dia seguinte: ao mesmo tempo em que o Plenário votava para punir com mais rigor os crimes de pedofilia, a oposição anunciava a intenção de derrubar o veto presidencial ao PL da Dosimetria, o que, segundo ele, beneficiaria pedófilos, milicianos, traficantes e autores de crimes hediondos e contra a democracia. Concluiu convocando a oposição a explicar à população essa posição durante o processo eleitoral e pedindo a manutenção do veto presidencial.

**Gilson Marques (NOVO - SC)** - O Deputado discutiu o Projeto de lei nº 3.158, de 2025, que torna insuscetíveis de fiança os crimes relacionados à pedofilia.

**Eli Borges (REPUBLICANOS - TO)** - O Deputado discutiu o Projeto de Lei nº 3.158, de 2025, que torna insuscetíveis de fiança os crimes relacionados à pedofilia. Na oportunidade, manifestou ressalvas à aprovação da assistolia fetal pelo então Advogado-Geral da União, Jorge Messias, classificando-a como incompatível com os valores evangélicos. Ainda assim, declarou respeito à figura pessoal do indicado a Ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), atribuindo a derrota política ao Governo Lula. Por fim, defendeu a castração química como medida punitiva adicional, criticando Parlamentares de esquerda que teriam votado contra a proposta.

**Sargento Gonçalves (PL - RN)** - O Deputado discutiu o Projeto de Lei nº 3.158, de 2025, que torna insuscetíveis de fiança os crimes relacionados à pedofilia. Na oportunidade, parabenizou a autora do projeto e o Relator, Deputado Coronel Meira, e reforçou o apelo do Deputado Eli Borges pela aprovação da castração química como medida punitiva adicional contra agressores sexuais de



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Registro Oficial e Redação Parlamentar – DEREPE

Sumário da Sessão nº 69.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 29/04/2026

crianças. Em seguida, celebrou a rejeição da indicação de Jorge Messias ao Supremo Tribunal Federal (STF) por 42 Senadores, atribuindo o resultado a uma manifestação divina e relacionando a derrota à posição do indicado sobre a assistolia fetal, que classificou como o ato de "matar de forma cruel a criança no ventre materno". Por fim, destacou o caráter histórico do episódio, ressaltando que, após 132 anos, uma indicação ao STF foi rejeitada pelo Senado.

**Soraya Santos (PL - RJ)** - A Deputada parabenizou a iniciativa da Deputada Laura Carneiro e destacou a relevância do projeto que tornou inafiançável o crime de pedofilia. Além disso, mencionou o aumento dos casos de abuso sexual contra crianças, especialmente na faixa etária de zero a sete anos, e citou episódio recente envolvendo a morte de um bebê de 27 dias. Ademais, defendeu a votação da PEC 21/2025 para tornar imprescritíveis os crimes de pedofilia, argumentando que vítimas frequentemente relatam os abusos muitos anos depois. Por fim, sustentou a necessidade de endurecimento das leis para combater crimes sexuais contra crianças e adolescentes.

**Laura Carneiro (PSD - RJ)** - A Deputada agradeceu a aprovação do projeto que tornou inafiançáveis crimes relacionados à exploração sexual de crianças e adolescentes, como pedofilia, corrupção de menores, favorecimento à prostituição, estupro e divulgação de cenas de estupro. Além disso, destacou a atuação de Relatores nas Comissões da Câmara e mencionou a participação em CPIs que investigaram crimes sexuais contra crianças e adolescentes. Ademais, relatou casos de abusos cometidos contra bebês e crianças pequenas, defendendo maior rigor no enfrentamento desses crimes. Por fim, afirmou que a aprovação da matéria representou avanço na proteção da infância e da adolescência no País.

**Soraya Santos (PL - RJ)** - A Deputada lançou uma campanha pela indicação de uma mulher ao Supremo Tribunal Federal (STF), após a rejeição do nome de Jorge Messias pelo Senado. Destacou que, com a saída da Ministra Rosa Weber, a Corte ficou sem representação feminina, e defendeu que a democracia exige representatividade. Por fim, convocou mulheres e movimentos sociais a divulgarem nas redes sociais a hashtag #viradadechave, e fez referência à sua própria indicação ao Tribunal de Contas como exemplo de reconhecimento da participação feminina em espaços de poder.

**Bia Kicis (PL - DF)** - A Deputada celebrou a rejeição histórica da indicação de Jorge Messias ao Supremo Tribunal Federal (STF) pelo Senado Federal, interpretando o resultado como uma derrota do Governo Lula, do ativismo judicial e do que chamou de "tirania da toga". Atribuiu a rejeição, em grande parte, ao parecer de Messias como Advogado-Geral da União favorável à assistolia fetal. Além disso, criticou o STF por sua alegada politização, citando casos de Deputados



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Registro Oficial e Redação Parlamentar – DEREPA

Sumário da Sessão nº 69.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 29/04/2026

processados por postagens, e acusou o Governo de ter tentado comprar votos de Senadores com recursos públicos. Por fim, conclamou o Parlamento a retomar sua autonomia e expressou esperança de que a votação marcasse uma virada política mais ampla no País.

**Luiz Lima (NOVO - RJ)** - O Deputado celebrou a rejeição da indicação de Jorge Messias ao Supremo Tribunal Federal (STF) pelo Senado, classificando o momento como histórico, o primeiro desde o Governo Floriano Peixoto, em 1894. Atribuiu o resultado não apenas à pessoa indicada, mas a um problema estrutural no processo de indicação, criticando o Presidente Lula por ter prometido em campanha não indicar amigos ao STF e, na prática, ter indicado seu advogado Zanin, o ex-aliado Flávio Dino e Jorge Messias, a quem chamou de "Bessias", referindo-se ao seu histórico de proximidade com o Partido dos Trabalhadores (PT). Por fim, parabenizou os Senadores e destacou a contribuição dos editoriais dos jornais Folha de S.Paulo e O Estado de S. Paulo.

**Ribeiro Neto (SOLIDARIEDADE - MA)** - O Deputado manifestou apoio à aprovação do Projeto de Lei nº 3.158, de 2025, que torna insuscetíveis de fiança os crimes relacionados à pedofilia. Destacou seu engajamento pessoal com a causa da proteção à infância, mencionando o Instituto Jovens do Futuro, que mantém no Maranhão e atende mais de 2 mil crianças e adolescentes, incluindo mais de trezentas com Transtorno do Espectro Autista (TEA). Por fim, parabenizou a autora do projeto e celebrou o fato de a aprovação ter sido unânime, reiterando que "lugar de pedófilo é na cadeia".

**Coronel Meira (PL - PE)** - O Deputado proferiu parecer ao Projeto de Lei nº 5.967, de 2023, que acrescenta os parágrafos 1º a 5º ao art. 24 do Decreto-Lei nº 667, de 1969, para assegurar aos policiais militares e bombeiros militares a carga horária de 144 horas mensais, bem como a remuneração extraordinária no trabalho realizado que extrapole a carga horária vigente, remuneração em dobro nos feriados e dá outras providências.

**Cabo Gilberto Silva (PL - PB)** - O Deputado celebrou a rejeição da indicação de Jorge Messias ao Supremo Tribunal Federal (STF), enquadrando o episódio como uma resposta histórica do Congresso ao que chamou de "ditadura da toga". Afirmou defender um STF forte e independente, mas que respeite os limites constitucionais do art. 102 da Constituição Federal, e listou uma série de artigos que, em sua avaliação, teriam sido sistematicamente desrespeitados pela Corte, incluindo os arts. 5º, 55, 84, 129 e 220. Criticou o Governo Lula por ter perdido a governabilidade e por indicar ao STF pessoas de seu círculo pessoal e político. Em seguida, defendeu os presos e condenados pelos atos de 8 de janeiro, classificando as prisões como ilegais e inconstitucionais, e citou nominalmente Parlamentares que, segundo ele, foram cassados ou perseguidos de forma injusta, como Daniel Silveira, Carla Zambelli, Eduardo Bolsonaro, Ramage



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Registro Oficial e Redação Parlamentar – DEREPA

Sumário da Sessão nº 69.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 29/04/2026

e Deltan Dallagnol. Por fim, conclamou o povo brasileiro à resistência e exigiu respeito à Constituição por parte do STF.

**Helder Salomão (PT - ES)** - O Deputado contrapôs-se às comemorações da oposição, questionando a legitimidade de se falar em "vitória do povo brasileiro" e defendendo Jorge Messias como um homem íntegro e qualificado para o cargo, citando inclusive elogio do Ministro André Mendonça como evidência de seu preparo. Acusou os Parlamentares da oposição de contradição, por comemorarem a rejeição enquanto, segundo ele, pretendiam votar contra o veto presidencial ao Projeto de Lei nº 2.162, de 2023, que dispõe sobre a dosimetria das penas e concede anistia aos envolvidos no 8 de janeiro, o que beneficiaria pedófilos, traficantes e autores de crimes hediondos, além do ex-Presidente Bolsonaro. Além disso, criticou o período do Governo Bolsonaro, evocando falta de vacinas, desemprego e abandono das famílias. Por fim, afirmou que a definição da vitória do Brasil caberá ao povo nas urnas em 2026, prevendo a reeleição do Presidente Lula.

**Cabo Gilberto Silva (PL - PB)** - O Deputado levantou Questão de Ordem com base nos arts. 95 e 175 do Regimento Interno da Câmara, que veda ao Parlamentar desviar-se da questão em debate, criticando o fato de um Deputado do Partido dos Trabalhadores (PT) ter utilizado o mesmo instrumento regimental anteriormente para interrompê-lo durante pronunciamento sobre violência contra a mulher. Aproveitou o momento para rebater as acusações feitas pelo Parlamentar petista, afirmando que o Governo Lula "nos acusa do que faz e nos chama do que é". Por fim, ressaltou a importância do Projeto de Lei nº 5.967, de 2023, que acrescenta os parágrafos 1º a 5º ao art. 24 do Decreto-Lei nº 667, de 1969, para assegurar aos policiais militares e bombeiros militares a carga horária de 144 horas mensais, bem como a remuneração extraordinária no trabalho realizado que extrapole a carga horária vigente, remuneração em dobro nos feriados e dá outras providências.

**Sargento Gonçalves (PL - RN)** - O Deputado, policial militar com 22 anos de serviço no Rio Grande do Norte, discutiu o Projeto de Lei nº 5.967, de 2023, que acrescenta os parágrafos 1º a 5º ao art. 24 do Decreto-Lei nº 667, de 1969, para assegurar aos policiais militares e bombeiros militares a carga horária de 144 horas mensais, bem como a remuneração extraordinária no trabalho realizado que extrapole a carga horária vigente, remuneração em dobro nos feriados e dá outras providências.

**Eli Borges (REPUBLICANOS - TO)** - O Deputado comentou a rejeição de Jorge Messias ao Supremo Tribunal Federal (STF), afirmando que inicialmente considerou o nome uma boa indicação, mas mudou de posição ao tomar conhecimento de seu parecer favorável à assistolia fetal e de sua atuação em casos relacionados ao 8 de janeiro, concluindo, com referência bíblica,



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Registro Oficial e Redação Parlamentar – DEREPA

Sumário da Sessão nº 69.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 29/04/2026

que "pelo fruto se conhece a árvore". Em seguida, discutiu o Projeto de Lei nº 5.967, de 2023, que acrescenta os parágrafos 1º a 5º ao art. 24 do Decreto-Lei nº 667, de 1969, para assegurar aos policiais militares e bombeiros militares a carga horária de 144 horas mensais, bem como a remuneração extraordinária no trabalho realizado que extrapole a carga horária vigente, remuneração em dobro nos feriados e dá outras providências. Na oportunidade, destacou o impacto da sobrecarga de trabalho na saúde mental dos policiais, citando casos de depressão e suicídio, e elogiou a iniciativa como um avanço para proteger os profissionais de segurança pública de seu Estado, o Tocantins. Por fim, criticou o Judiciário por soltar reiteradamente presos capturados pela polícia, afirmando que, se a Justiça tivesse o mesmo comprometimento das forças policiais, o Brasil seria um país melhor.

**Rogério Correia (PT - MG)** - O Deputado discutiu o Projeto de Lei nº 5.967, de 2023, que acrescenta os parágrafos 1º a 5º ao art. 24 do Decreto-Lei nº 667, de 1969, para assegurar aos policiais militares e bombeiros militares a carga horária de 144 horas mensais, bem como a remuneração extraordinária no trabalho realizado que extrapole a carga horária vigente, remuneração em dobro nos feriados e dá outras providências. Aproveitou para fazer críticas à oposição e ao que chamou de incoerência política, questionando por que a oposição apoia essa medida para as forças de segurança e resiste a estendê-la ao conjunto dos trabalhadores brasileiros, que aguardam a aprovação da jornada de 40 horas semanais no regime 5 por 2. Em seguida, sobre a rejeição de Jorge Messias ao Supremo Tribunal Federal (STF), recusou-se a encarar o episódio como vitória, classificando o Senado como "Congresso inimigo do povo" e afirmando que os Parlamentares que votaram contra a indicação o fizeram por interesse próprio, com medo das investigações relacionadas ao caso Banco Master, que teria financiado campanhas de Jair Bolsonaro e Tarcísio de Freitas e desviado recursos de aposentados. Também mencionou a destinação de recursos para falsos pastores de igrejas evangélicas. Por fim, previu a derrota da oposição nas eleições de outubro, com a reeleição do Presidente Lula, e alertou que o "Congresso inimigo do povo" será cobrado por suas escolhas.

**Igor Timo (PSD - MG)** - O Deputado orientou a bancada na votação do Substitutivo ao Projeto de Lei nº 5.967, de 2023, que acrescenta os parágrafos 1º a 5º ao art. 24 do Decreto-Lei nº 667, de 1969, para assegurar aos policiais militares e bombeiros militares a carga horária de 144 horas mensais, bem como a remuneração extraordinária no trabalho realizado que extrapole a carga horária vigente, remuneração em dobro nos feriados e dá outras providências. Na oportunidade, fez uma homenagem ao avô, o "Cabo Tião", policial militar que foi grande referência em sua cidade natal, Virgem da Lapa (MG), e ao pai, delegado de polícia, atribuindo a ambos sua ligação com a causa da segurança pública. Por fim, ressaltou a entrega de 69 viaturas à Polícia Militar de Minas Gerais.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Registro Oficial e Redação Parlamentar – DEREPE

Sumário da Sessão nº 69.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 29/04/2026

**Sargento Fatur (PL - PR)** - O Deputado orientou a bancada na votação do Substitutivo ao Projeto de Lei nº 5.967, de 2023, que acrescenta os parágrafos 1º a 5º ao art. 24 do Decreto-Lei nº 667, de 1969, para assegurar aos policiais militares e bombeiros militares a carga horária de 144 horas mensais, bem como a remuneração extraordinária no trabalho realizado que extrapole a carga horária vigente, remuneração em dobro nos feriados e dá outras providências. Na oportunidade, relembrou sua trajetória de 35 anos de serviço ativo na Polícia Militar do Paraná.

**Helder Salomão (PT - ES)** - O Deputado sugeriu cautela à oposição nas comemorações pela rejeição de Jorge Messias ao Supremo Tribunal Federal (STF), prevendo a continuidade do Governo Lula em um quarto mandato. Em seguida, orientou a bancada na votação do Substitutivo ao Projeto de Lei nº 5.967, de 2023, que acrescenta os parágrafos 1º a 5º ao art. 24 do Decreto-Lei nº 667, de 1969, para assegurar aos policiais militares e bombeiros militares a carga horária de 144 horas mensais, bem como a remuneração extraordinária no trabalho realizado que extrapole a carga horária vigente, remuneração em dobro nos feriados e dá outras providências. Na oportunidade, fez uma ressalva de ordem constitucional, alertando que a matéria pode ser questionada quanto à competência legislativa, uma vez que a regulamentação da jornada de policiais militares e bombeiros seria, em princípio, atribuição dos Governos Estaduais. Por fim, apesar da preocupação, justificou o voto favorável pelo mérito social e político da proposta, que busca garantir condições de trabalho mais equilibradas, com mais saúde e dignidade para esses profissionais, prestando homenagem especial aos policiais e bombeiros do Espírito Santo.

**Sargento Portugal (PODE - RJ)** - O Deputado orientou a bancada na votação do Substitutivo ao Projeto de Lei nº 5.967, de 2023, que acrescenta os parágrafos 1º a 5º ao art. 24 do Decreto-Lei nº 667, de 1969, para assegurar aos policiais militares e bombeiros militares a carga horária de 144 horas mensais, bem como a remuneração extraordinária no trabalho realizado que extrapole a carga horária vigente, remuneração em dobro nos feriados e dá outras providências. Na oportunidade, fez um apelo aos Parlamentares para que comunicassem aos seus eleitores o investimento feito no profissional de segurança pública. Por fim, prometeu mais conquistas para a categoria.

**Cabo Gilberto Silva (PL - PB)** - O Deputado orientou a bancada na votação do substitutivo oferecido ao Projeto de Lei nº 5.967, de 2023, que acrescenta os parágrafos 1º a 5º ao art. 24 do Decreto-Lei nº 667, de 2 de julho de 1969, para assegurar aos policiais militares e bombeiros militares a carga horária de 144 horas mensais, bem como a remuneração extraordinária no trabalho realizado que extrapole a carga horária vigente, remuneração em dobro nos feriados e dá outras providências.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Registro Oficial e Redação Parlamentar – DEREPA

Sumário da Sessão nº 69.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 29/04/2026

**Coronel Meira (PL - PE)** - O Deputado homenageou lideranças e equipes envolvidas na aprovação do Projeto de Lei nº 5.967, de 2023, voltado aos profissionais da segurança pública. Destacou a atuação do Presidente da Câmara, Deputado Hugo Motta, e reconheceu o papel técnico do Secretário-Geral da Mesa e de integrantes da Comissão de Segurança Pública. Também agradeceu o apoio de Parlamentares e ressaltou a confiança depositada na condução do projeto. Em seguida, mencionou o impacto de discurso do Deputado Cabo Gilberto Silva sobre a realidade dos profissionais da área, ao relatar as condições enfrentadas por policiais e bombeiros. Ao concluir, afirmou que a aprovação representou avanço na valorização dessas categorias, ao reconhecer riscos e desafios diários.

**Luiz Lima (NOVO - RJ)** - O Deputado afirmou que o crescimento da candidatura de Romeu Zema refletiu os resultados da gestão em Minas Gerais, marcada, segundo o Parlamentar, pelo equilíbrio fiscal, pela responsabilidade com os recursos públicos e pela superação de um cenário anterior de descontrole financeiro. Além disso, criticou o aumento da máquina pública e a condução econômica do Governo Federal, defendendo uma alternativa baseada em liberdade econômica, responsabilidade fiscal e eficiência administrativa. Ademais, assinalou alinhamento entre Romeu Zema e o Senador Flávio Bolsonaro em torno de pautas da direita brasileira e sustentou que o avanço político do Governador indicou a busca da sociedade por lideranças voltadas à gestão e à transformação do País.

**Ricardo Ayres (REPUBLICANOS - TO)** - O Deputado destacou a aprovação dos Requerimentos nº 49, 50 e 51 de 2026, de sua autoria, que autorizaram a realização de seminários em Palmas, Porto Nacional e Paraíso do Tocantins para debater obras estruturantes voltadas à mobilidade, à segurança viária e ao desenvolvimento econômico do Estado. Além disso, mencionou intervenções como a duplicação do trecho entre Palmas e Porto Nacional, melhorias na BR-010, a federalização da TO-080 e a implantação de anéis viários. Ademais, afirmou que as iniciativas buscaram ampliar o diálogo com a sociedade e viabilizar soluções conjuntas entre municípios, Governo Federal e demais instituições para fortalecer a infraestrutura e a logística do Tocantins.

**Roberto Duarte (REPUBLICANOS - AC)** - O Parlamentar manifestou posição contrária à proposta do Governo Federal de flexibilizar a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) para permitir o uso de receitas extraordinárias do petróleo na compensação de desonerações sobre combustíveis. Argumentou que a medida representaria uma manobra fiscal baseada em receitas instáveis e sujeitas à variação do câmbio e da cotação internacional do petróleo. Além disso, assinalou contradição na postura do PT em relação à LRF e alertou para os riscos de ampliação de exceções



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Registro Oficial e Redação Parlamentar – DEREPA

Sumário da Sessão nº 69.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 29/04/2026

fiscais em ano eleitoral. Por fim, defendeu a preservação da responsabilidade fiscal como condição para a estabilidade econômica, a previsibilidade institucional e o equilíbrio das contas públicas.

**Laura Carneiro (PSD - RJ)** - A Deputada destacou a sanção da Lei nº 14.973, de 2024, que dispensou a cobrança de multa para o reconhecimento do tempo de trabalho rural exercido antes de 1991, período em que não havia obrigatoriedade de contribuição previdenciária pelos trabalhadores rurais. Afirmou que a medida corrigiu distorções históricas relacionadas à informalidade e à falta de informação sobre direitos previdenciários. Ademais, assinalou que, como Relatora da proposta nas Comissões de Finanças e Tributação e de Constituição e Justiça e de Cidadania, defendeu que a cobrança não possuía fundamento legal nem comprometia o equilíbrio fiscal. Por fim, ressaltou que a nova Lei fortaleceu o acesso à aposentadoria e à proteção social para trabalhadores em situação de vulnerabilidade.

**Beto Preto (PSD - PR)** - O Parlamentar homenageou os novos dirigentes da Universidade Estadual de Londrina, da Universidade Estadual do Norte do Paraná e da Universidade Estadual de Ponta Grossa, ressaltando a relevância das universidades públicas estaduais para a formação profissional, a produção científica e o desenvolvimento regional. Destacou a legitimidade democrática das eleições para reitores e vice-reitores, bem como a importância da autonomia universitária prevista na Constituição Federal. Ademais, reafirmou compromisso com o fortalecimento do ensino superior, da ciência e da pesquisa, defendendo investimentos e melhores condições de funcionamento para as instituições públicas de educação.

**Rubens Pereira Júnior (PT - MA)** - O Parlamentar registrou a chegada da primeira carreta itinerante do programa “Agora Tem Especialista” ao Município de Parnarama (MA), destacando a iniciativa como avanço para a ampliação do acesso à saúde especializada no Maranhão. Ressaltou a parceria entre o Governo Federal, a Secretaria de Saúde do Estado e a Prefeitura Municipal para reduzir filas de exames como tomografia e ultrassonografia na Região de Timon. Além disso, mencionou manifestações da Secretária Municipal de Saúde, Márcia Silveira, e do Prefeito Juvenal Silva sobre a importância da ação para garantir diagnósticos mais rápidos e melhorar a qualidade de vida da população. Por fim, afirmou que o programa fortaleceu a descentralização da saúde pública, a integração regional e a promoção da equidade no atendimento à população maranhense.

**Marcio Alvino (PL - SP)** - O Deputado destacou a aprovação, em segundo turno, da PEC 383, de 2017, que incluiu o Sistema Único de Assistência Social (SUAS) na Constituição Federal e estabeleceu a aplicação mínima anual de 1% da receita corrente líquida da União para o financiamento da assistência social. Além disso, afirmou que a medida fortaleceu a estabilidade orçamentária de serviços como CRAS, CREAS e Centros POP, responsáveis pelo atendimento de milhões de famílias em situação de vulnerabilidade. Defendeu que a responsabilidade fiscal deve estar associada à responsabilidade social e ressaltou a importância da previsibilidade de recursos



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Registro Oficial e Redação Parlamentar – DEREPA

Sumário da Sessão nº 69.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 29/04/2026

para entidades parceiras, como as Apaes. Por fim, homenageou as Apaes de diversos Municípios paulistas pelo trabalho realizado em prol da inclusão e do atendimento às pessoas com deficiência e suas famílias.

**Capitão Alberto Neto (PL – AM)** - O Parlamentar defendeu a rejeição da indicação de Jorge Messias ao Supremo Tribunal Federal, argumentando que a proximidade pessoal e política com o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva comprometeria a imparcialidade exigida para o cargo. Criticou posições atribuídas ao indicado sobre a descriminalização do aborto e apontou ausência de manifestação em relação às penas aplicadas aos envolvidos nos atos de 8 de janeiro. Ademais, afirmou que o Senado rompeu um histórico de aprovação automática de indicados ao STF e sustentou que a decisão fortaleceu a independência entre os Poderes e a exigência de critérios técnicos para futuras nomeações.

#### ENCERRAMENTO